

RESQUÍCIOS DA DITADURA MILITAR NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE PORTO VELHO: Hotsite e mapa digital interativo associando conhecimento popular e história oficial

REMNANTS OF THE MILITARY DICTATORSHIP IN THE PUBLIC SPACES OF PORTO VELHO: hotsite and interactive digital map associating popular knowledge and official history

RESTOS DE LA DICTADURA MILITAR EN LOS ESPACIOS PÚBLICOS DE PORTO VELHO: sitios web y mapas digitales interactivos que asocian saberes populares e historia oficial

Allysson Martins

Professor do PPGCOM – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e coordenador do MíDI – Laboratório de Mídias Digitais e Internet na Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Doutor em Comunicação e Cultura pela UFBA. allyssonviana@unir.br.



0000-0001-7805-6512

Juliana Rocha

Mestranda em História pela UFPE e membro do MíDI – Laboratório de Mídias Digitais e Internet na Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Graduada em História pela UNIR. juliana.rochar2d2@gmail.com.

Alice Belo

Bolsista de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), estudante de Jornalismo e membro do MíDI – Laboratório de Mídias Digitais e Internet na Universidade Federal de Rondônia (UNIR). lice.bast@gmail.com.

Marcos Miranda

Bolsista de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), estudante de Jornalismo e membro do MíDI – Laboratório de Mídias Digitais e Internet na Universidade Federal de Rondônia (UNIR). marcosmiramira301@gmail.com.

Recebido em: 01/04/2024

Aceito em: 01/09/2024

Publicado em: 30/11/2024

RESUMO:

As composições dos municípios em cada região são formadas por acontecimentos históricos, como se fossem arquivos que interagimos cotidianamente, contendo memórias, destinos e referências. Este trabalho apresenta a produção do hotsite Ditadura em Porto Velho, contendo mapa digital interativo com a sinalização dos espaços públicos de Porto Velho que homenageiam os ditadores militares e o conhecimento dos moradores sobre os homenageados e suas opiniões a respeito de uma possível alteração do nome. Dos 112 entrevistados, 84 não conhecem os militares, resultado que nos permite questionar a construção dos lugares de memória no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Hotsite; Mapa digital; Ditadura militar; Espaço público; Porto Velho.

Introdução

As composições dos municípios em cada região são formadas por acontecimentos históricos, como se fossem arquivos que interagimos cotidianamente, contendo memórias, destinos e referências. Esses fatores podem ser de episódios favoráveis ou desfavoráveis para a população, que é composta por tradições, ideais e costumes. Esses componentes revelam sobre o passado e o possível futuro desses lugares, como o da região porto-velhense, que se popularizou com a chegada de migrantes vindos, primeiramente, do Nordeste e, posteriormente, do centro-sul do

Brasil. No período mais recente, houve incentivo pelo governo ditatorial militar a ocupar a região, oferecendo terras gratuitas e oportunidade de cultivo (Ribeiro, 2011).

O período ditatorial militar brasileiro (1964-1985) é marcado pela extrema violência com a qual foram combatidos seus opositores. Castelo Branco foi o primeiro presidente da ditadura, iniciando em 15 de abril de 1964. O segundo militar a assumir o poder foi Costa e Silva, em 15 de março de 1967. Em agosto de 1968, o então presidente adoeceu, passando o controle do país aos ministros militares, através do AI-12, em 1 de setembro de 1969. Garrastazu Médici tomara posse apenas em 30 de outubro. Em 15 de março de 1974, Ernesto Geisel assume a presidência com o intuito de iniciar o processo de reabertura da democracia. O sucessor, João Figueiredo, foi empossado em 15 de março de 1979, teve de lidar mais diretamente com o crescimento da oposição, especialmente na política.

A expansão na ditadura militar não foi apenas econômica, mas também territorial. Porto Velho, capital de Rondônia fundada em 1907, sofreu uma expansão na década de 1970. O período foi marcado por grandes transformações na história do então território Federal de Rondônia com a chegada de migrantes em busca de terras para agricultura. Os projetos de colonização do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) – criado pelo regime militar para tentar resolver os conflitos no campo – foram os responsáveis pela chegada dos agricultores do Sul do país.

A partir de então, começa a procura pelo ouro na região, quando foram criados inúmeros garimpos ao longo do Rio Madeira. O militar Jorge Teixeira era governador do Território Federal de Rondônia, desde 1979, quando o transformou em estado em 22 de dezembro de 1981, durante o governo Figueiredo, com a instalação ocorrendo em 4 de janeiro de 1982 (Ribeiro, 2011). Com a transformação de Rondônia em estado, os militares buscavam “assegurar a condição majoritária do partido do governo, a Arena, no Congresso Nacional” (Nascimento, 2019, p. 32), isso no momento em que o país já iniciava seu processo de reabertura a democracia.

Durante o período de repressão, muitas pessoas, tanto de outros estados quanto de cidades do interior de Rondônia, migraram para Porto Velho. Essa grande migração ocorreu devido a propagandas do governo militar que falavam dessa região como o novo Eldorado, em decorrência das obras que o governo realizava no local, como a construção da BR-364 no trecho de Porto Velho a Cuiabá. A maioria dessas pessoas era pobre e vinha para região em busca de uma vida melhor, com a promessa de terras, emprego e até a possibilidade de enriquecimento por meio dos garimpos ou dos latifúndios. Enquanto isso, o governo buscava povoar e desenvolver essa região,

além de proteger melhor as fronteiras que ficam longe do governo central (Borczov, 2016; Barboza & Tamboril, 2016).

Esses sujeitos, em sua maioria, quando chegavam a Porto Velho, não encontravam nem as riquezas e nem as oportunidades que o governo havia prometido. A cidade não tinha estrutura para receber todas as pessoas, assim, seus bairros foram formados por meio da ocupação de áreas desabilitadas ou de propriedades privadas. Aos poucos, casas, ruas, comércios, hospitais e escolas iam sendo construídos. Essas ocupações, entretanto, não ocorriam pacificamente; aconteceram muitos conflitos entre os donos dessas propriedades e aqueles que as ocuparam.

Esse processo levou a mortes e ações judiciais, com as pessoas sendo expulsas ou ganhando o direito de viver nas terras ocupadas. Porém, até os dias atuais, muitas famílias ainda vivem em uma situação incerta, sem ter o direito da sua propriedade garantido por lei, porque o governo ainda não legalizou a situação de certos bairros (Borczov, 2016). A estrutura da cidade de Porto Velho, como se dá atualmente, está, então, estritamente ligada ao governo militar e ao seu desejo de expansão.

Atualmente, a cidade possui cerca de 520 mil habitantes, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2018, com 75 bairros divididos entre as zonas Norte, Sul, Leste e Oeste. Porto Velho ainda carrega memórias do período autoritário na constituição dos espaços públicos, como a Rua Presidente Médici, localizada na zona Sul, Rua Castelo Branco e Bairro Costa e Silva, localizados na zona Norte, e a Escola Estadual Marechal Castelo Branco, localizada no Centro.

Pesquisas realizadas em Vilhena, município do interior de Rondônia, sobre os resquícios ditatoriais nas ruas Castelo Branco, Costa e Silva e Presidente Médici e na Escola Castelo Branco mostram, por exemplo, o grande percentual de moradores que desconhecem os nomes dos homenageados (Martins & Farias, 2018; Martins & Silva, 2019). Foram um total de 106 entrevistados, com 77 desconhecendo algo mínimo sobre o homenageado da sua rua. Essa desinformação refletiu em oposição à mudança do nome, por não saberem o quão ruim o homenageado foi ou por achar que seria um comunista na época da ditadura. Dos entrevistados, apenas 24 foram favoráveis a mudança do nome do homenageado e 82 contra. Apesar do baixo número, essa reparação é fundamental para dar voz a quem foi calado e mostrar o legado autoritário que ainda persiste vivo na memória da cidade.

Este trabalho visou produzir um hot site com mapa digital interativo (<https://midi.unir.br/ditaduraempvh>), com a avaliação das memórias acerca dos homenageados que dão nome às ruas Castelo Branco e Presidente Médici e ao bairro

Costa e Silva, mediante entrevista com os seus moradores, ou seja, pessoas que se relacionam todos os dias com esses espaços. A intenção é que esses espaços estejam evidenciados e sinalizados com intuito de facilitar sua visualização, contendo o conhecimento dos moradores sobre os homenageados e as opiniões a respeito de uma possível alteração do nome, além de questões relacionadas à história da ditadura militar e dos resquícios que esse período deixou na cidade através da nomeação de logradouros públicos.

Histórias e lugares de memória

A história pode ser usada para muitos fins, sendo um deles o político, por meio do controle da narrativa. Aqueles que estão no poder podem manipulá-la de acordo com as suas necessidades e podem fazer com que seja lembrado apenas aquilo que lhes convém, sendo contada, então, pelos vencedores dos embates (Ricoeur, 2007). Por isso, a história nacional é cheia de controvérsias, a exemplo da ditadura militar, que foi marcada por violências, crimes e desrespeitos aos direitos humanos por parte dos agentes repressores do Estado, que tentaram, por um longo período, alterar a História e a memória do povo brasileiro, colocando a si mesmos como heróis nacionais. Assim, nasceram as homenagens que existem aos militares, como o bairro, a escola e as ruas em Porto Velho que levam seus nomes.

Os lugares de memória compreendem, primeiramente, espaços naturais e artificiais, e por isso podem ser representados de muitas formas. Eles são materiais, funcionais e simbólicos. Essa materialidade vem de locais como prédios, monumentos, ruas, escolas, entre outros, que são revestidos com uma carga simbólica, tornando-se, assim, lugares de memória, que, por serem locais físicos, têm um conteúdo demográfico.

Os lugares de memória são funcionais porque têm uma função prática ao mesmo tempo que são objetos de rituais, com o papel de cristalização e transmissão de lembranças. Por fim, são simbólicos justamente porque devem preservar, na memória da maioria, aquilo que, muitas vezes, uma minoria vivenciou. Eles permitem criar uma imaginação em cima dessas lembranças, firmando-se uma aura simbólica sobre esses lugares. Ainda assim, eles não são estáticos, pois “os lugares de memória só vivem de sua aptidão para metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações” (Nora, 1993, p. 16). E este é um dos problemas encontrados, como abordado posteriormente.

Esses lugares são, antes de tudo, restos de uma história que um dia já foi parte importante das sociedades. Eles são criados a partir da ideia de que não existe memória espontânea, por isso, devem ser construídos monumentos e lugares que mantenham certas memórias vivas, como criação de arquivos, celebração de aniversários e comemorações. Esse processo de seleção da memória é o que mantém as nações modernas unidas, ao partir do sentimento de identidade e pertencimento.

Esses lugares são construídos com base no que determinam aqueles que estão no poder, escolhendo o que deve ser lembrado. Isso permite que eles justifiquem suas ações, colocando-os como defensores da pátria e deixando de lado para ser esquecido o que e quem poderia ser uma ameaça à estabilidade do poder. Para manter o controle da narrativa, além das leis, o controle também é feito por meio da mídia, como no período da ditadura, quando governo usou em especial a TV para levar o seu discurso hegemônico à população e fazer com que acreditassem no que falavam.

Uma das principais formas de se representar um lugar de memória é por meio dos espaços públicos, e “isso se torna possível quando entendemos o espaço como um produto de inter-relações (...)” (Silva et al., 2008, p. 9). Esses lugares estão em contato com diversos indivíduos, que se relacionam com eles diariamente de forma única. Por isso, ao escolher um espaço público como um lugar de memória, tem-se a certeza de que a população vai interagir com ele e desenvolver novas lembranças que não necessariamente estão ligadas à sua função. Portanto, não é por ser um espaço público que seu papel como lugar de memória está garantido, o governo e a população têm que nutrir esse espaço com imaginação e rituais acerca daquilo que eles querem que seja lembrado.

Em Vilhena, uma pesquisa realizada com os funcionários da Escola Castelo Branco apresenta esse aspecto de não fixação na memória. “A aparente falta de conhecimento e de recordações sobre quem foi o homenageado demonstra que o arquivamento dessa parte da história a partir da nomeação do prédio público não foi bem-sucedido” (Martins & Silva, 2019, pp. 23-24).

Os locais históricos que são preservados no Brasil estão majoritariamente ligados aos grupos dominantes de cada época. Isso mostra que a cartografia é sempre influenciada pelas disputas políticas e ideológicas da sociedade, que interferem diretamente em como ela é produzida. Esse processo pode revelar, então, a importância que determinados personagens têm para uma nação, como em nosso país, onde os líderes da ditadura militar foram homenageados com nome de bairros,

escolas, ruas e viadutos, normalmente, em lugares centrais das cidades, quando não nomeiam os próprios municípios.

Aqueles que foram oprimidos pelos militares, por outro lado, são homenageados em lugares periféricos e de visibilidade mais restrita, muitas vezes, até sem identificação de quem foram e o que fizeram em vida para receber a homenagem (Martins & Migowski, 2016). No caso de Porto Velho, essa lacuna é ainda mais patente, quando bairro, escola e ruas homenageiam ditadores, mas quem lutou contra os militares não são evidenciados.

As transformações que a sociedade passa ao longo do tempo muda a forma como ela se relaciona com sua própria história e memória. Desse processo, podem surgir movimentos que busquem a ressignificação de lugares de memória, uma vez que eles não fazem mais sentido. Eles homenageiam personagens que têm suas reputações alteradas ao longo dos anos ou sequer fazem parte da história daquela sociedade.

No Brasil, existem vários espaços públicos que consagram os ditadores militares, mesmo que tenham cometido, ou sido coniventes, com crimes contra os direitos humanos. Isso desencadeou um crescimento exponencial nos últimos anos de movimentos que lutam pela ressignificação desses lugares de memória, buscando evidenciar as contradições entre um país que luta para levar justiça àqueles que sofreram com os militares e, ao mesmo tempo, é cheio de lugares que guardam resquícios da ditadura (Nora, 1993; Dias, 2012; Martins & Migowski, 2016).

Esses movimentos evidenciam as disputas de memória que existem na sociedade. Nem sempre aquilo que ficou marcado na história nacional reflete a memória de todos, mas que foi imposta, na maioria das vezes, por grupos dominantes que buscavam justamente silenciar os minoritários e oprimidos. Nessa seara, a internet e as redes sociais se tornaram grandes aliadas destes grupos, pois permitem que eles se organizem e lutem para ter sua memória e história resgatadas. Esses espaços digitais “contribuem para uma leitura crítica da história e da maneira como a narração do acontecimento passado continua presente, de maneira desigual e pouco problematizada” (Martins & Migowski, 2016, p. 394).

Esses lugares de memória são criados, então, como uma tentativa de preservar acontecimentos e personagens vivos na história nacional. Contudo, não basta apenas criar um monumento em homenagem a alguém para que essa pessoa seja lembrada, é preciso que esses espaços sejam presentes na sociedade para que eles se consolidem como lugares de memória; eles precisam ser materiais, funcionais e simbólicos. Quando é criado um espaço sem que a sociedade se relacione com ele, o

que se tem é apenas um lugar de história, que não vive na memória da sociedade. O Brasil é cheio desses lugares que poucas pessoas dão atenção e significado, que muitas vezes a população não faz ideia do que representam. As tentativas de criar lugares de memória em torno dos personagens da ditadura militar não alcançam sempre, por isso, o seu objetivo completo, mas, ainda assim, esses espaços estão presentes na história dos brasileiros, mesmo que de forma inacabada.

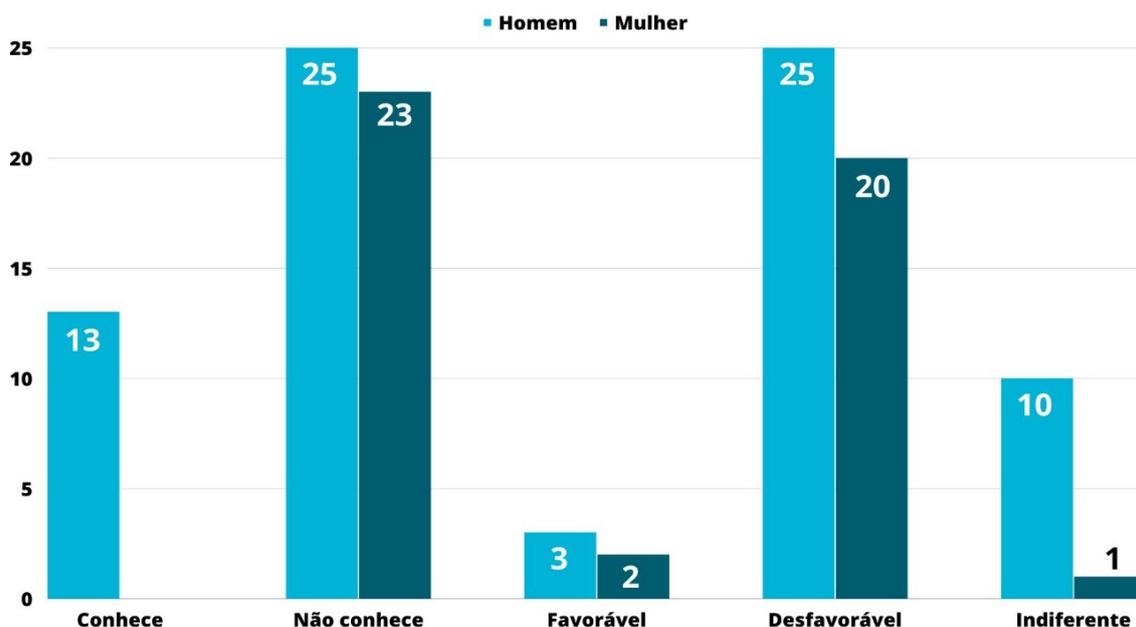
Resquícios da ditadura militar em Porto Velho

A intenção inicial do projeto era entrevistar 98 (5%) moradores do bairro Costa e Silva (total de 1951), 56 (50%) moradores da Rua Castelo Branco (total de 102), e 37 (75%) da Rua Presidente Médici (total de 49), porém, algumas pessoas se recusaram a dar entrevista ou não estavam em casa. Como o bairro possuía ainda condomínios fechados, os quais não tivemos acesso, foram realizadas 61 (3,33%) entrevistas. Nas duas ruas, alguns locais que contavam como residência eram estabelecimentos comerciais fechados ou casas abandonadas, assim, foram realizadas 31 (30,39%) entrevistas na Rua Castelo Branco e 20 (40,82%) na Rua Presidente Médici.

Além de saber quem conhecia os homenageados e quem seria favorável à alteração do nome desses espaços, registramos aspectos como gênero e idade de cada pessoa interpelada. Cabe ressaltar que foi considerado o conhecimento mínimo sobre os homenageados em questão, desde saber se foram militares, presidentes ou até mesmo políticos brasileiros. Para uma análise mais detalhada, foi elaborada uma tabela com as divisões de identidade de gênero (homem, mulher e não binário) e de faixa etária, sendo considerado “jovem adulto” entrevistados de 18-29 anos, “adultos” de 30-45 anos, “meia idade” de 46-60 anos e “idoso” de 60+.

No bairro Costa e Silva, 38 (62,2%) dos entrevistados são homens e 23 (37,7%) são mulheres. A faixa etária ficou dividida em: 8 (13,1%) jovens adultos, 17 (27,8%) adultos, 17 (27,8%) de meia idade e 19 (31,1%) idosos. Sobre o conhecimento a respeito do Costa e Silva, dos 61 entrevistados, 48 (78,7%) não conhecem e 13 (21,3%) disseram saber quem ele foi, destes todos são homens e 11 têm mais de 50 anos, ou seja, viveram na época da ditadura militar, mesmo que apenas na infância. Quando questionados quanto à alteração do logradouro, desses 13 que conheciam: 4 se disseram indiferentes, 8, mesmo sabendo o mínimo sobre o homenageado, disseram ser contra, e somente 1 disse ser a favor.

Gráfico 1 - Entrevista com moradores do Bairro Costa e Silva



Fonte: Elaboração dos autores.

Todas as 23 moradoras entrevistadas disseram não saber quem foi Costa e Silva; 20 são contra a alteração do nome do bairro, 2 são favoráveis e 1 disse ser indiferente. No total, 5 (8,2%) dos moradores são favoráveis à alteração do logradouro, enquanto 45 (73,8%) disseram ser contra; destes, 8 conheciam o homenageado. Apenas 1 pessoa que sabe quem foi Costa e Silva é a favor da alteração do nome. Também houve 11 (18%) moradores que disseram ser indiferentes quanto à mudança do nome, dos quais 4 conheciam o homenageado e 7 não.

Os moradores que sabiam quem era Costa e Silva se lembravam que ele foi um político ou um militar; apenas 2 afirmaram que ele tinha sido não apenas um militar, como também um dos “presidentes” da época da ditadura. Muitos que disseram não saber quem ele foi justificaram o desconhecimento alegando que não eram de Porto Velho, como se Costa e Silva fosse um personagem da história local e não um dos responsáveis pelo ato institucional mais restritivo das duas décadas da ditadura militar, o AI-5.

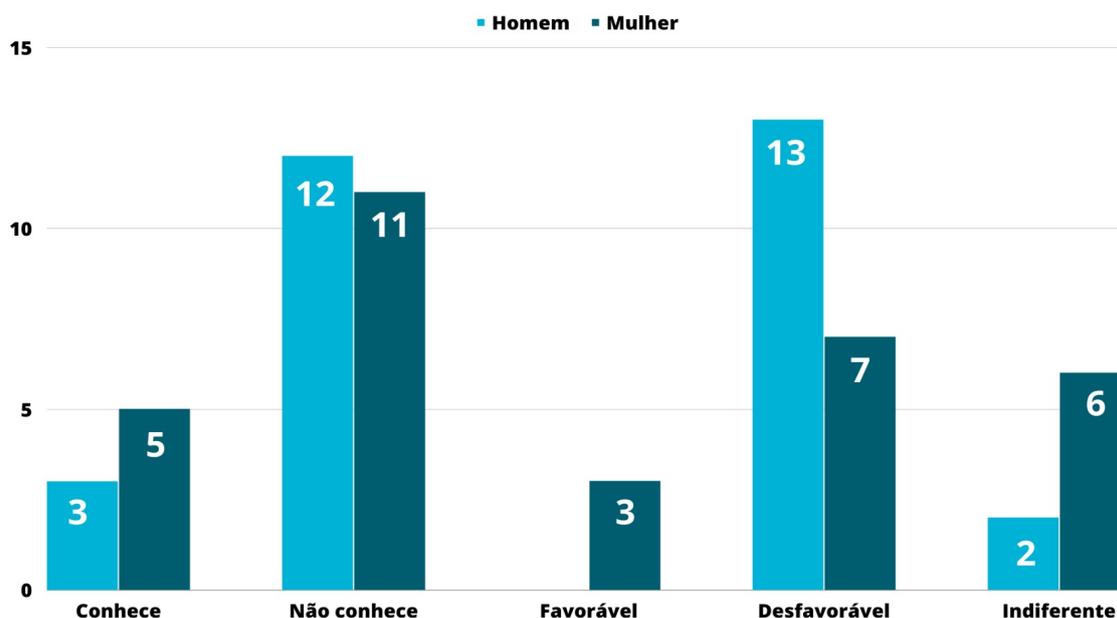
Quanto à faixa etária, dos 13 moradores que conhecem o homenageado, dois tinham respectivamente 31 e 36 anos e os outros 11 tinham mais de 50 anos, o que mostra que homens de meia idade e idosos têm mais recordações ou conhecimento sobre o período de dominação militar. O mesmo não acontece com as mulheres: das 23 (27,7%) entrevistadas, 11 têm mais de 50 anos e nenhuma delas conhece o homenageado. Quase todas as pessoas que se disseram contra a alteração do logradouro justificaram essa posição alegando que a mudança do nome geraria burocracia para os próprios moradores, que teriam que fazer a alteração dos seus endereços junto à prefeitura. Além disso, poderia gerar confusão nos visitantes e nos Correios, que já estão acostumados à nomenclatura atual.

Um dos moradores, um idoso que disse conhecer o homenageado, mas é contra a alteração do nome do bairro, falou que: “durante o período da ditadura, a cidade era muito mais segura, você podia andar pela rua à noite sem ter medo, atualmente não me sinto mais seguro para fazer isso”, o que é historicamente incorreto, por exemplo, historiadores, como Fico (2005), apontam os crimes, a violência e os desaparecimentos que o Estado Brasileiro cometeu contra a população durante a Ditadura. Essa violência também foi denunciada nas entrevistas prévias, que foram feitas no ano anterior, por uma moradora do bairro: “Costa e Silva foi presidente do período mais sangrento e violento da história da ditadura brasileira”, referindo-se ao decreto do AI-5, promulgado em 1968.

Um entrevistado de meia idade, que mostrou um conhecimento maior sobre o Costa e Silva, disse ser contra a mudança; então, o fato de eles saberem quem foi o presidente não faz com que eles sejam a favor da alteração do logradouro. Das 5 pessoas que disseram ser a favor, 4 delas não sabem quem foi o político, mostrando que também não há relação entre ser favorável e conhecê-lo.

Já na rua Castelo Branco, quanto ao gênero, 15 (48,4%) dos entrevistados foram homens e 16 (51,6%) foram mulheres. A faixa etária ficou dividida em 5 (16,1%) jovens adultos, 8 (25,8%) adultos, 13 (41,9%) meia idade e 5 (16,1%) idosos. Quanto ao conhecimento a respeito do homenageado nessa rua, dos 31 entrevistados, 23 (74,2%) não sabem quem foi e 8 (25,8%) disseram conhecer, destes, foram 5 mulheres e 3 homens, sem uma diferença de gênero explícita. Desses 8, apenas 1 é favorável à mudança e 3 são indiferentes, logo, metade (4), mesmo sabendo quem foi Castelo Branco, é contrária à alteração, o que mostra, novamente, que não existe correlação entre conhecer o homenageado e ser a favor da mudança do nome.

Gráfico 2 - Entrevista com moradores da rua Castelo Branco



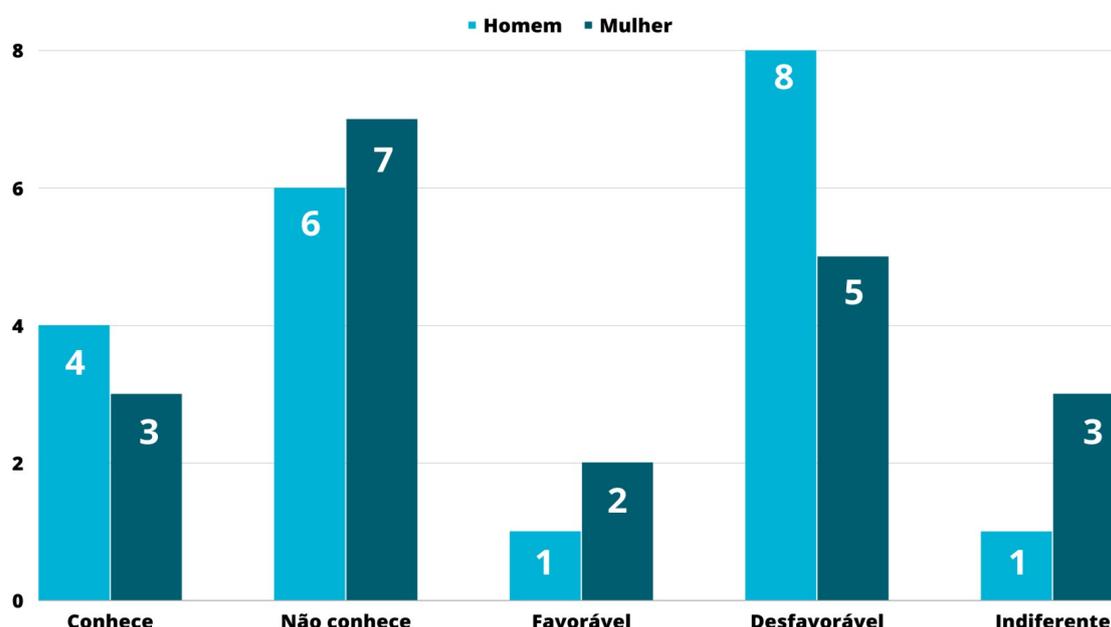
Fonte: Elaboração dos autores.

Dos 31 entrevistados, 3 (9,7%) mulheres são favoráveis à alteração do nome da rua, 8 (25,8%) indiferentes e 20 (64,5%) contrários, destes, 3 conheciam o homenageado. Só uma pessoa que sabe quem foi Castelo Branco é a favor da alteração do nome. Dos 8 indiferentes, 3 conheciam o homenageado e 5 não, todos possuem mais de 30 anos e apenas 2 são homens. Dos 20 contrários à mudança, 7 são mulheres e 13 são homens.

Das 16 mulheres, eram 3 favoráveis à alteração, 6 indiferentes e 7 contrárias. Ou seja, todos os homens são contrários ou indiferentes à alteração do nome. Nesta rua, disse uma moradora adulta, contra a mudança do nome: “não vejo sentido alguém, um dia, querer mudar o nome da rua, se ela já faz homenagem a uma pessoa, não entendo o motivo de mudar o nome e homenagear outra pessoa, isso vai só bagunçar a vida de todas as pessoas que moram aqui na rua”.

Na Rua Presidente Médici, dos 20 entrevistados, foram 10 (50%) homens e 10 (50%) mulheres. A faixa etária ficou dividida em 6 (30%) jovens adultos, 4 (20%) adultos, 6 (30%) meia idade e 4 (20%) idosos. Sobre o conhecimento a respeito do homenageado, dos 20 entrevistados, 13 (65%) não o conhecem e 7 (35%) disseram saber quem ele foi, destes, 3 são mulheres e 4 são homens. Quando questionados a respeito da alteração do nome da rua, desses 7, apenas 2 são a favor da alteração do logradouro, 1 é indiferente e 4 preferem manter como está, não havendo correlação entre conhecer e ser favorável à mudança da homenagem.

Gráfico 3 - Entrevista com moradores da rua Presidente Médici



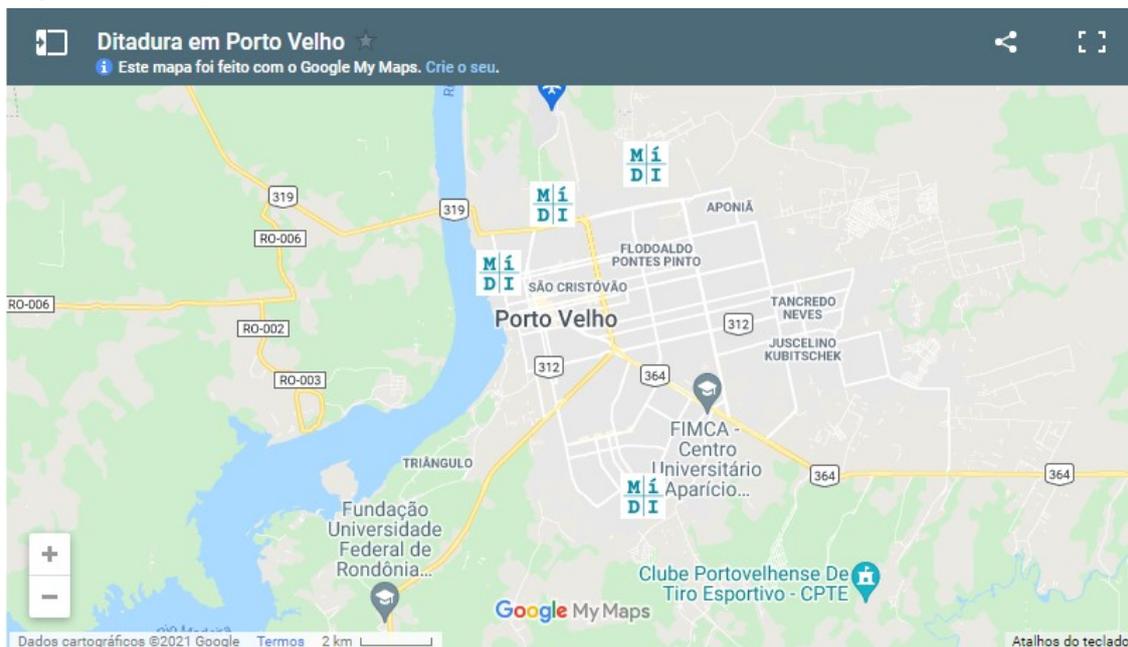
Fonte: Elaboração dos autores.

No total, 3 (15%) dos moradores são favoráveis a alteração do nome da rua e 13 (65%) disseram ser contra, destes, 4 conheciam o homenageado. Apenas 2 pessoas que sabem quem foi Presidente Médici são a favor da alteração do nome. Dos 4 (20%) moradores que disseram ser indiferentes para a mudança da homenagem, 1 conhecia o presidente e 3 não. Os moradores que sabiam quem era Médici demonstraram pouco conhecimento sobre o homenageado, e falaram coisas como “ele foi o presidente do Brasil”. Um idoso que disse conhecer o político, contou que lembrava vagamente desse nome dos tempos de escola, mas não deu maiores detalhes. As 3 pessoas favoráveis à alteração do nome estão entre 30 e 45 anos, ou seja, todos estão na categoria “adulto” e 2 sabiam quem foi Médici.

Para uma maior discussão e visualização dos dados, foi desenvolvido o hot site Ditadura em Porto Velho (<https://midi.unir.br/ditaduraempvh>), contendo informações oficiais sobre os homenageados e os dados adquiridos durante a pesquisa. O endereço traz ainda um mapa com indicação da localização desses espaços na cidade, além de informações oficiais sobre os homenageados e o conhecimento da população que se relaciona com esses lugares cotidianamente.

O site é dividido em 4 seções, com a primeira contendo a descrição e o objetivo da plataforma, acompanhado de um mapa digital interativo, com indicação de onde se encontram esses espaços em Porto Velho e links para mais informações sobre os ditadores, ao clicar na logo do Laboratório de Mídias Digitais e Internet (MÍDI) contida no mapa (ver Figura 1). A segunda apresenta os dados da pesquisa acerca do conhecimento e do desejo de mudança dos habitantes desses lugares, com os gráficos que foram gerados para facilitar e agilizar a compreensão de quem acessar o endereço.

Figura 1 - Mapa interativo no hot site Ditadura em Porto Velho



Fonte: Hot site dos resquícios da ditadura em Porto Velho.

A terceira parte traz uma foto dos três ditadores que são citados na pesquisa, além do nome dos todos ditadores que foram presidentes durante o regime autoritário militar (ver Figura 2), do tempo que cada um viveu e do período em que eles foram presidentes. Ao clicar em seus nomes, a pessoa é encaminhada para uma outra página, específica para cada presidente, trazendo uma pequena biografia sobre suas

atuações na ditadura militar. No último tópico, consta a composição da equipe de pesquisadores que realizou o projeto.

Figura 2 - Seção sobre ditadores no hotsite Ditadura em Porto Velho

Ditadores

Humberto de Alencar Castelo Branco (1900-1967) | 26º Presidente do Brasil, 1964-1967
Arthur da Costa e Silva (1899-1969) | 27º Presidente do Brasil, 1967-1969
Emílio Garrastazu Médici (1905-1985) | 28º Presidente do Brasil, 1969-1974
Ernesto Beckmann Geisel (1907-1996) | 29º Presidente do Brasil, 1974-1979
João Baptista de Oliveira Figueiredo (1918-1999) | 30º Presidente do Brasil, 1979-1985



Fonte: Hotsite dos resquícios da ditadura em Porto Velho.

Considerações finais

As cidades podem ser observadas sob perspectivas da história e da memória, sobretudo ao serem enfatizados os seus espaços públicos, tendo como perspectiva as noções dos lugares de memória. Esta pesquisa propôs essa investigação a partir dos acontecimentos da ditadura militar no Brasil e das suas consequências ainda visíveis

em Porto Velho, capital de Rondônia. Para isso, foram examinadas as memórias dos moradores do bairro Costa e Silva, e das ruas Castelo Branco e Presidente Médici, a partir de um questionário. Essa avaliação buscou observar o conhecimento dos moradores do bairro e das ruas sobre essas figuras históricas com os quais interagem cotidianamente, além de saber a opinião sobre uma possível alteração desses nomes e do perfil sociodemográfico.

Dos 112 entrevistados, 84 (74,1%) não reconhecem os homenageados, 43 homens e 41 mulheres, ninguém se identificou como não-binário. Os que mostraram o mínimo de conhecimento foram 28 (25%), sendo 20 homens e 8 mulheres. Quanto à faixa etária dos que conheciam, 11 são idosos, 9 são de meia idade, 7 adultos e apenas uma jovem de 20 anos, moradora da rua Castelo Branco. Isso mostra que os jovens sabem menos sobre os homenageados, enquanto os homens idosos e de meia idade, que viveram parte da infância ou juventude no período da ditadura militar, têm mais tendência a conhecer ou se lembrar de quem foram esses personagens históricos.

O enorme desconhecimento sobre os homenageados nos permite questionar a construção dos lugares de memória no Brasil, além da própria formação escolar e da forma como a história e a memória da ditadura militar é tratada no país. Em pesquisa anterior (Martins & Silva, 2019) realizada na cidade de Vilhena, no interior de Rondônia, sobre uma escola que recebeu o seu nome em homenagem ao Castelo Branco, foram encontradas falas que corroboram esses dados. Eles apresentam, em sua maioria, o mesmo problema dos moradores em Porto Velho: mesmo com a homenagem, não se lembram de quem são os representantes.

Dos entrevistados que se mostraram a favor da alteração dos nomes do bairro Costa e Silva e das ruas Castelo Branco e Presidente Médici, 4 são homens e 7 são mulheres. Porém, das 23 mulheres entrevistadas especificamente no bairro Costa e Silva, todas se colocaram contra a mudança do logradouro. No total, 46 homens e 32 mulheres disseram ser contra a alteração dos nomes, e 13 homens e 10 mulheres são indiferentes. Os moradores deram justificativas semelhantes contra a modificação dos logradouros, como o costume e o conhecimento de quem mora no bairro ou nas ruas, quem vai visitar e até os trabalhadores dos Correios.

Uma possível mudança, segundo os entrevistados, poderia atrapalhar a localização destes locais e confundiria a população. Além disso, foram citadas as questões burocráticas que teriam que enfrentar para alterar os seus endereços junto à prefeitura, por isso, a maioria se coloca contra a mudança e prefere deixar tudo como

está, até mesmo alguns moradores que sabem um pouco mais sobre a história dos homenageados, por costume, colocam-se contra a modificação dos nomes.

É possível perceber que não existe uma correlação entre conhecer os homenageados e ser favorável à alteração dos logradouros; dos 112 entrevistados, apenas 4 disseram conhecer o homenageado e ser a favor das mudanças, sendo 2 homens e 2 mulheres. Destes, 3 tinham entre 20 e 31 anos, o que mostra que os mais jovens têm mais facilidade em aceitar a mudança dos nomes, possivelmente porque não vivem há tanto tempo no bairro ou nas ruas e, por isso, têm menos costume com os nomes desses logradouros.

Um dos moradores que se colocou contra a alteração do nome do bairro disse que, na época da ditadura, o local era mais seguro e ele se sentia à vontade em andar pelo bairro, porém, esse posicionamento é contestado por historiadores que pesquisam sobre o período e tratam do quanto a ditadura foi um regime violento contra a população. Então, talvez, a fala se justifique por ele morar em uma região que não era um grande centro urbano e que ficava afastada das lutas contra a ditadura, da perseguição e da violência que os militares praticavam.

De modo geral, as entrevistas mostram que a maioria dos moradores do bairro e das ruas não sabe quem foram os homenageados, o que confirma o grande esquecimento e silenciamento que ainda existe sobre o período da ditadura na população brasileira. Isso pode ser um reflexo da influência que a Lei de Anistia do período militar teve na construção da história recente do país, com grande parte dos acontecimentos e personagens caindo no esquecimento e gerando um afastamento da população, sobretudo da política. Essa perspectiva fica mais evidente na fala de entrevistados que disseram não saber quem foi Costa e Silva porque não moravam em Porto Velho há muito tempo, dando a entender que ele seria um personagem apenas da história local da cidade.

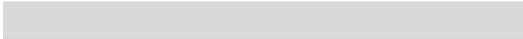
Muitos não demonstram interesse em saber mais sobre a política do país, negando sua história e memória, como opina um entrevistado: “sou contra esse negócio de ficar mudando nome de rua. Por exemplo, o nome dessa rua aí era Rio Madeira, agora, para babar ovo de político, colocaram Chiquilito Erse [homenagem a um ex-prefeito de Porto Velho]. Antiga Rio Madeira. Uma rua tradicional dessas, de muitas e muitas décadas, foi trocado o nome. Sou contra isso”, sem perceber que o nome da rua onde mora já é uma homenagem a um político.

Já outra entrevista na rua Castelo Branco diz que quem foi “uma pessoa boa” para a população não deve ser esquecida e que homenagens, como dar o nome dessas pessoas às ruas, é uma forma de se lembrar delas. Ela cita o mesmo exemplo

da avenida Chiquilito Erse, mas com perspectiva distinta da anterior, pois ele teria sido uma pessoa “muito boa”. Porém, ao mesmo tempo que faz esse apontamento, ela mora em uma rua que foi nomeada em homenagem a Castelo Branco, uma pessoa importante da história do Brasil, e, ainda assim, ela não se lembra de quem foi ele.

Referências

- Araújo, M., Silva, I., & Santos, D. (2013). *Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho*. Rio de Janeiro: Ponteio.
- Assis, M. (2016). Tortura e suicídio a partir de uma perspectiva Gestáltica: o caso de Frei Tito de Alencar Lima. *Revista IGT na Rede*, 13(25), 298-322.
- Barboza, J., & Tamboril, F. (2016). Porto Velho, segregada e irregular: assim surge uma cidade. In R. G. Costa Silva (Ed.), *Porto Velho, urbanização e desafios para uma cidade centenária* (pp. 130-155). Porto Velho: Edufro.
- Borzacov, Y. (2016). *Os bairros na história de Porto Velho*. Porto Velho: Porto Madeira Gráfica & Comunicação Visual.
- Dias, R. (2012). Sentidos políticos da toponímia urbana: ruas com nomes de mortos e desaparecidos políticos da ditadura militar brasileira. *Patrimônio e Memória*, 8(1), 155-181.
- Ferreira, J. (2003). O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In J. Ferreira & L. Delgado (Eds.), *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964* (pp. 343-425). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Fico, C. (2005). *O regime militar no Brasil (1964/1985)*. São Paulo: Saraiva.
- Fico, C. (2004). Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, 24(47), 29-60.
- Halbwachs, M. (2004). *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Centauro.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018). *Biblioteca IBGE*.
- Le Goff, J. (2013). *História e memória*. São Paulo: Unicamp.
- Martins, A. (2020). *Jornalismo e guerras de memórias nos 50 anos do golpe de 1964*. Porto Velho: EDUFRO.
- Martins, A., & Farias, K. (2018). Ditadores militares nas ruas de Vilhena (RO): história e memórias na constituição dos espaços públicos. *Revista Parágrafo*, 6(3), 97-109.
- Martins, A., & Migowski, A. (2016). Ditadura militar brasileira e novas formas cartográficas: memórias coletivas e mapas digitais colaborativos. In D. A. Araújo, E. Morettin, & V. Reia-Baptista (Eds.), *Ditaduras revisitadas: cartografias, memórias e representações audiovisuais* (pp. 383-402). Eletrônico: Suporte.
- Martins, A., & Silva, M. (2019). Educação com ditador em Vilhena-RO: história e memórias na Escola Castelo Branco. *Revista Observatório*, 5(2), 322-346.
- Nascimento, G. (2019). *Multipartidarismo e governabilidade em Rondônia: a configuração ao sistema partidário estadual na transição democrática* (Tese de Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Nora, P. (1993). Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, (10), 7-28.
- Pollak, M. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, 2(3), 3-15.
- Ribeiro, A. (2011). Entre a repressão e a resistência - memória de jornalistas que trabalharam na imprensa de Porto Velho. *Informação & Comunicação*, 14(1), 14-30.

- Ricoeur, P. (2007). *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp.
- Silva, R., Fonseca, C., Franco, J., Marra, P., & Gonzaga, M. (2008). Dispositivos de memória e narrativas do espaço urbano: cartografias flutuantes no tempo e espaço. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, 11(1), jan./abr.
- Soler, C. (2009). Trauma e fantasia. *Stylus: Revista de Psicanálise*, 9.
- 

ABSTRACT:

The compositions of cities in each region are formed by historical events, as if they were archives that we interact with daily, containing memories, destinations, and references. This paper presents the production of the Hotsite "Dictatorship in Porto Velho", containing an interactive digital map with the signaling of public spaces in Porto Velho that honor military dictators and the knowledge of residents about the honorees and their opinions regarding a possible name change. Of the 112 interviewees, 84 do not know the military figures, a result that allows us to question the construction of places of memory in Brazil.

KEYWORDS: Hotsite; Digital map; Military dictatorship; Public place; Porto Velho.

RESUMEN:

Las composiciones de los municipios de cada región están formadas por hechos históricos, como si fueran archivos con los que interactuamos a diario, que contienen memorias, destinos y referencias. Este trabajo presenta la producción del hotsite Dictadura em Porto Velho, que contiene un mapa digital interactivo con la señalización de espacios públicos en Porto Velho que honran a dictadores militares y el conocimiento de los residentes sobre los homenajeados y sus opiniones sobre un posible cambio de nombre. De los 112 entrevistados, 84 no conocen a los militares, resultado que permite cuestionar la construcción de lugares de memoria en Brasil.

PALABRAS CLAVE: Sitio web; Mapa digital; Dictadura militar; Lugar público; Porto Velho.